



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.218.453/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/12/2000
NOME EMPRESARIAL E.P.P.- EMPRESA PAULISTA DE PARTICIPACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV YOJIRO TAKAOKA	NÚMERO 4384	COMPLEMENTO SALA 918
CEP 06.541-038	BAIRRO/DISTRITO ALPHAVILLE C A1	MUNICÍPIO SANTANA DE PARNAIBA
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FEDEECRIS@TERRA.COM.BR	TELEFONE (11) 2059-3032	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/12/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/03/2023** às **17:50:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

30.05.2021

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO

A Cláusula 6ª (Sexta) do presente instrumento passará a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA 6ª DA ADMINISTRAÇÃO

Responderá pela Administração da Sociedade o sócio **FEDERICO ANTONIO ZANOLI** (art. 1.011 – NCC cc. (art. 1.042 – NCC) cc (art. 1.060 – caput e parágrafo único – NCC), e exclusivamente para negócios da própria sociedade, segundo remissão determinada pelo (art. 1.054 – NCC). Fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ASSINATURA E RESPONSABILIDADE

A Cláusula 7ª (Sétima) do presente instrumento passará a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA 7ª DA ASSINATURA E RESPONSABILIDADE

Caberá ao Sócio Administrador da Sociedade, **FEDERICO ANTONIO ZANOLI**, individualmente a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, contidos nas letras (a), (b), (c) e (d), dispondo eles, dentre outros, de poderes para:

- a) Representar a Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, inclusive repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas, Previdenciárias, etc.;
- b) Abertura e encerramento de contas, assinatura de cheques, ordens de pagamentos;
- c) Reconhecer e contrair dívidas ou obrigações em geral, nomear e constituir procuradores ou advogados, transigir, dispor dos bens sociais, mesmo imóveis, podendo para tanto, comprar, vender, alienar, onerar ou agravar e determinar os respectivos termos, preços e condições;
- d) Subscrever ou adquirir títulos públicos ou particulares, podendo assinar quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigações da Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívidas cambiais. Fica, portanto, determinado que somente terão validade os atos acima referidos, quando praticados em nome da sociedade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DESIMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR

A Cláusula 17ª (décima sétima) do presente instrumento passa a ter a seguinte redação:

DUCESP
29 12 21

CLÁUSULA 17ª

DO DESIMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR

O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA QUARTA – DO DESIMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

Acrescenta-se a Cláusula 18ª (décima oitava) no presente instrumento com a seguinte redação:

CLÁUSULA 18ª

DO DESIMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

O Sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de fazerem parte do quadro societário da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSOLIDAÇÃO

Por motivo de racionalização as partes resolvem **CONSOLIDAR** o ato constitutivo no presente instrumento já incluindo as alterações efetuadas, ficando totalmente revogadas todas as disposições contrárias constantes do instrumento primitivo, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

30.03.21

DA CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA 1ª DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob a denominação social nos termos do art. 1158 – NCC de “E.P.P. – EMPRESA PAULISTA DE PARTICIPAÇÕES LTDA.”.

CLÁUSULA 2ª DA SEDE

A Sociedade tem sua sede e foro social no Município de Santana de Parnaíba à Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, Sala 918, no bairro de Alphaville C A1, CEP 06541-038, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA 3ª DA CONSTITUIÇÃO DE FILIAIS

A Sociedade poderá estabelecer-se com Filiais ou Sucursais em qualquer parte do País, desde que obedeçam às disposições legais vigentes.

CLÁUSULA 4ª DO OBJETIVO SOCIAL

A Sociedade tem por objetivo social:

- a realização de investimentos e administração de patrimônio próprio de qualquer espécie, inclusive compra e venda de imóveis, assunções e detenção de participações em empresas brasileiras de qualquer espécie.

CLÁUSULA 5ª DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

300331
29 12 73

CLÁUSULA 6ª DA ADMINISTRAÇÃO

Responderá pela Administração da Sociedade o sócio **FEDERICO ANTONIO ZANOLI** (art. 1.011 – NCC cc. (art. 1.042 – NCC) cc (art. 1.060 – caput e parágrafo único – NCC), e exclusivamente para negócios da própria sociedade, segundo remissão determinada pelo (art. 1.054 – NCC). Fica expresse que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA 7ª DA ASSINATURA E RESPONSABILIDADE

Caberá ao Sócio Administrador da Sociedade, **FEDERICO ANTONIO ZANOLI**, individualmente a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, contidos nas lefras (a), (b), (c) e (d), dispondo eles, dentre outros, de poderes para:

- a) Representar a Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, inclusive repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas, Previdenciárias, etc.;
- b) Abertura e encerramento de contas, assinatura de cheques, ordens de pagamentos;
- c) Reconhecer e contrair dívidas ou obrigações em geral, nomear e constituir procuradores ou advogados, transigir, dispor dos bens sociais, mesmo imóveis, podendo para tanto, comprar, vender, alienar, onerar ou agravar e determinar os respectivos termos, preços e condições;
- d) Subscrever ou adquirir títulos públicos ou particulares, podendo assinar quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigações da Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívidas cambiais

Fica, portanto, determinado que somente terão validade os atos acima referidos, quando praticados em nome da sociedade.

CLÁUSULA 8ª DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da sociedade que é de R\$ 44.034.037,00 (quarenta e quatro milhões, trinta e quatro mil e trinta e sete reais), divididos em 44.034.037 (quarenta e quatro milhões, trinta e quatro

DUCESP
29, 12, 21

As quotas do Capital Social são indivisíveis (art. 1.056 – NCC), em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais que um titular para cada quota. Cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais. As quotas do Capital Social, assim como os direitos sobre as mesmas não poderão ser transferidas, vendidas, alienadas, entregues em dação de pagamento ou cedidas a qualquer título, sem que as mesmas sejam oferecidas ao outro sócio, que em condições de igualdade terá sempre o direito de preferência.

Parágrafo 1º - Se um dos sócios tiver a pretensão de transferir, vender, alienar e ceder, mesmo em dação em pagamento suas quotas, deverá dar ciência de tal fato ao outro sócio, comunicando este por escrito para que, no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, o mesmo possa exercer os direitos de preferência.

Parágrafo 2º - O não exercício por parte do sócio remanescente, quanto ao direito de preferência no prazo fixado no parágrafo primeiro, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas.

Parágrafo 3º - Quando de eventual e futura exclusão de qualquer membro do quadro social, o sócio retirante, após quitar todas as suas obrigações com a pessoa jurídica da qual foi integrante, sendo estas decorrentes de seu período de participação na sociedade, fica livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades posteriores à data da averbação de sua saída.

CLÁUSULA 12ª DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Dependem do consentimento de TODOS OS SÓCIOS as modificações do Contrato Social que tenham por objeto matérias a seguir indicadas e deliberadas em REUNIÃO DA SOCIEDADE (arts. 1.071 A 1.080 – NCC), conforme segue:

- a) cessão e transferência total ou parcial de quotas;
- b) denominação, objeto, sede e prazo da sociedade;
- c) capital social;
- d) a quota de cada sócio no capital social e o modo de realizá-la;
- e) a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas;
- f) a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais; e
- g) a redução do capital social.

Parágrafo Único – As demais deliberações não citadas aqui podem ser decididas por maioria

00059
20 12 21

absoluta de votos com base na quantidade de quotas de cada sócio.

TODAS AS DELIBERAÇÕES DA SOCIEDADE, INCLUSIVE A ORIENTAÇÃO DOS NEGÓCIOS, MODIFICAÇÃO DO OBJETO SOCIAL, SUA EXTENSÃO OU RESTRIÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO, DISSOLUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EM OUTRO TIPO, ASSIM COMO SOBRE QUALQUER OUTRO ASSUNTO, SERÃO SEMPRE TOMADAS POR DELIBERAÇÃO MAJORITÁRIA DOS SÓCIOS.

CLÁUSULA 13ª
DAS REUNIÕES

Esta Sociedade adota os procedimentos de dispensa das publicações de Editais para convocação das Reuniões da Sociedade, sendo que todos os sócios preferem declarar por escrito que estão cientes do local, data, hora e ordem do dia (art. 1.072, parágrafo 2º - NCC).

- a) a Ordem dos Trabalhos será sempre fixada na Sede Social da empresa (matriz) em local visível. Poderá ser dispensada a reunião quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto delas (art. 1.072, parágrafo 3º - NCC);
- b) a Realização da Reunião Anual nos 4 (quatro) primeiros meses de cada exercício social, especialmente para aprovação de Contas, Balanço e Resultado do Exercício findo (art. 1.078, parágrafo 3º - NCC);
- c) o Sócio poderá ser representado na Reunião por um advogado mediante a outorga de mandato específico, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a Ata da Reunião (art. 1.074, parágrafo 1º - NCC);
- d) dos trabalhos e deliberações das Reuniões realizadas será lavrada no Livro de Atas de Reuniões, ata que será assinada por ambos os sócios e por outros participantes da Reunião, no caso o Contabilista da empresa, o Advogado quando for o caso (art. 1.075, parágrafo 1º - NCC);
- e) o Arquivamento e averbação da cópia da Ata da Reunião serão autenticados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Barueri, nos 20 (vinte) dias após a Reunião (art. 1.075, parágrafo 2º - NCC);
- f) nos casos omissos no presente contrato, aplica-se às reuniões dos sócios o disposto na

DUCEAP
29 10 21

- Assembleia (art. 1.072, parágrafo 6º - NCC);
- g) esta Sociedade irá adotar os Livros Registro de Atas de Reuniões e Livro Registro de Atas da Administração; e
 - h) esta Sociedade está dispensada da criação de Conselho Fiscal, por possuir menos de 10 (dez) sócios, conforme determina a Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA 14ª

DO DIREITO DE RECESSO E DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Quando da exclusão dos sócios administrativamente, somente poderá ocorrer em medida extrema quando ficarem claramente demonstrada a Justa Causa, detectada atuação nociva aos interesses da empresa ou por falta grave no cumprimento de suas obrigações, quando for colocada em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade (art. 1.085 e conforme estabelece o seu parágrafo Único - NCC).

A Exclusão somente poderá ser determinada em Reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

No caso de exclusão administrativa, será obrigatória a publicação em jornal de grande circulação do Edital de Convocação da Reunião da Diretoria com direito à ampla defesa. Em permanecendo o litígio, caberá ao Juiz, através da provocação da parte interessada solucionar a pendência.

Poderá o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa do outro sócio, por falta grave ou por incapacidade superveniente, cabendo ao excluído amplo direito de defesa.

Os Sócios terão o direito de retirar-se da Sociedade nas hipóteses previstas no (art. 1.077 - NCC), aplicando-se as regras constantes do (art. 1.031, caput - NCC), sendo que depois de apurados os seus haveres em Balanço especialmente levantado, serão pagos em 12 (doze) parcelas devidamente corrigidas pelos índices governamentais a serem pactuados entre as partes.

30 SEP
2012

CLÁUSULA 15ª

DO FALECIMENTO DE UM DOS SÓCIOS

No caso de falecimento de qualquer um dos sócios, a Sociedade **NÃO SE DISSOLVERÁ** ficando facultado serem admitidos na Sociedade os herdeiros ou sucessores legais do falecido, desde que o(os) sócio(s) remanescente(s) assim concorde(m). Caso não convenha o ingresso destes sucessores, os haveres do sócio falecido lhes serão pagos, após apuração de haveres em 12(doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas mensalmente pelos índices oficiais, concedendo-se a primeira, 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Patrimonial levantado especificamente para tal fim. Se acusados forem prejuízos, os mesmos serão suportados em idênticas condições.

CLÁUSULA 16ª

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Regência da Sociedade Limitada dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/2001, sendo prevista subsidiariedade no Contrato Social (art. 1.053, parágrafo Único – NCC).

CLÁUSULA 17ª

DO DESIMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR

O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência,

30.03.21
29 12 21

contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 18ª

DO DESIMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

O Sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de fazerem parte do quadro societário da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 19ª

DAS OMISSÕES

Os casos omissos no Presente Instrumento Particular de **CONTRATO DE SOCIEDADE "EMPRESÁRIA" PERNSONIFICADA LIMITADA**, serão regidos pelas leis vigentes do País e serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II, do Livro II, da Lei 10.406/2002 – Código Civil Vigente.

CLÁUSULA 20ª

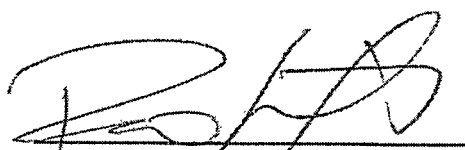
DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS

Fica eleito o **FORO** da Comarca de Barueri, no Estado de São Paulo, para nele serem ventiladas e dirimidas todas as dúvidas ou divergências contratuais entre os sócios.

JUCESP
29 12 21

E, por assim, estarem justos e contratados, assinam o Presente Instrumento Particular de **CONTRATO SOCIAL**, em 03 (três) vias de igual teor, conjuntamente com 02 (duas) testemunhas a tudo presentes, o qual será levado a registro na MM. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO para que surta os efeitos legais e jurídicos.

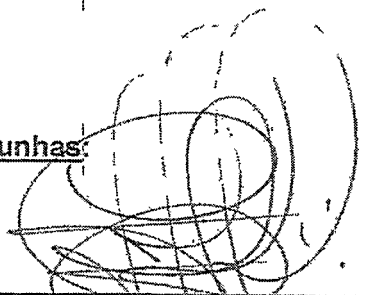
Santana de Parnaíba (SP), 16 de dezembro de 2021.



FEDERICO ANTONIO ZANOLI

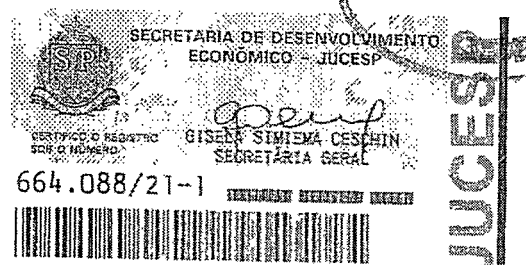

CRISTINA SILVA ZANOLI

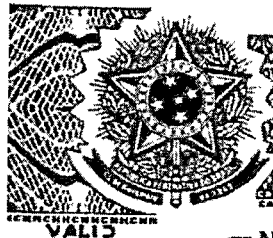

THIAGO POMPEO MAGALHÃES ZANOLI

Testemunhas:

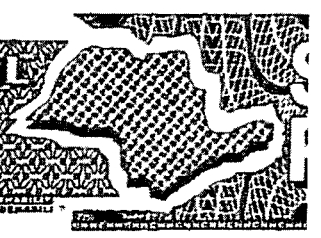

JÚLIO CÉSAR FERNANDES TEIXEIRA
RG nº 22.080.084-4-SSP/SP
CPF/MF nº 142.510.618-88


RAPHAEL ALVES FRAGOSO
RG nº 39.968.141-3-SSP/SP
CPF/MF nº 434.212.178-66



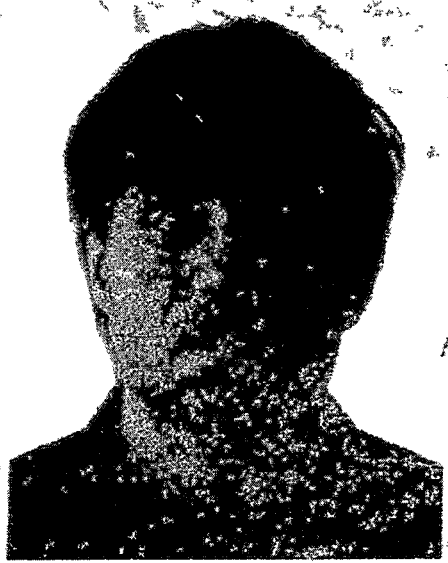


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2382446285

NOME
FEDERICO ANTONIO ZANOLI



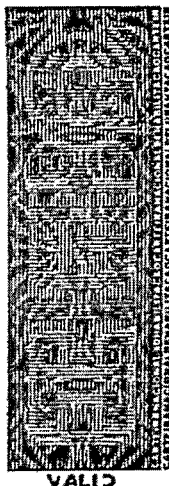
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
11275208 DOPSSP

CPF DATA NASCIMENTO
119.757.168-09 19/05/1967

FILIAÇÃO
PIER GIUSEPPE ZANOLI
ANNA PLA TREMELADA
ZANOLI

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO
01296205360 02/05/2027 02/11/1985



OBSERVAÇÕES
A

Assinatura do portador

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SANTANA DE PARNAIBA, SP

DATA EMISSÃO
03/05/2022

Ernesto Mascellani Neto Diretor Presidente do Detran-SP

ASSINATURA DO EMISSOR

18641554668
SP010413954

PROIBIDO PLASTIFICAR
2382446285

SÃO PAULO

[10:24, 03/03/2023] Federico Zanol: Eu assino sozinho.

Não precisa dos docs da minha esposa

[10:25, 03/03/2023] Federico Zanol: Comprovante de endereço é o contrato social